

O DISCURSO DE JABOR NA CRÔNICA “O CASTELÃO DE EDMAR E O FEUDALISMO”

Jullyana Neri Vilaça¹

INTRODUÇÃO

A crônica como texto jornalístico ou literário, busca narra um fato de forma livre e pessoal. Nos jornais há um espaço reservado para esse tipo de texto, onde o autor buscar transmitir uma visão cômica ou muitas vezes irônica aos fatos do mundo atual.

Dentre tais autores, Arnaldo Jabor é um dos cronistas mais influentes da atualidade. A ironia tornou-se sua marca registrada ao falar de política e seu o tom cômico e sarcástico chama a atenção do seu leitor e/ou ouvinte.

Como Formador de opinião Jabor exerce influencia não só sobre a população em geral, mas também em outros profissionais da área, tornando a análise muito relevante, pois o que ele diz tem importância e muitas vezes é determinante na decisão do cidadão em questões políticas e sociais.

Neste trabalho será realizada uma análise discursiva da crônica “O castelão de Edmar e o feudalismo” escrita por Jabor em seis de fevereiro de 2009. Nessa crônica Jabor expressa toda a indignação que sente sobre os escândalos que cercam cenário político brasileiro.

A análise do discurso observa os fatores histórico-sociais que envolveram a produção do discurso e também o sentido implícito e explícito do que se diz. As estratégias persuasivas e o modo de abordagem são também associados à AD.

¹ Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns. Trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Letras.

Orientadora: Prof^a Ms Mônica Moreira de Magalhães

O contexto histórico-social do país no momento em que a crônica foi escrita é bastante relevante para este trabalho, pois é através dele que será feito o estudo e análise da crônica. Outros conceitos teóricos farão parte desta análise, no entanto as condições de produção serão ressaltadas por se tratar de uma “crônica jornalística” onde o autor usa uma notícia como base de sua observação crítica.

Para maior compreensão do leitor, os tópicos foram divididos de forma a facilitar a compreensão do tema e da análise da crônica. Primeiramente será dado um breve comentário sobre o autor e na sequência serão apresentados os conceitos da Análise do discurso, as condições de produção que levaram o autor a produzir a crônica e finalmente a análise. É de suma importância que o leitor faça a leitura da crônica, que se encontra em anexo ao trabalho.

1. ARNALDO JABOR, Cineasta e Cronista.

Arnaldo Jabor, carioca nascido em 12 de dezembro de 1940, é crítico, cineasta e escritor. Fez parte da segunda fase do Cinema Novo (movimento inspirado na *nouvelle vague* francesa e no neo-realismo italiano, que tinha por objetivo analisar a realidade brasileira).

Como cineasta, produziu vários documentários e filmes tais como: Carnaval (curta-metragem) (1990), Eu sei que vou te amar (1984), Eu te amo (1980), Tudo bem (1978), O Casamento (1975), Toda nudez será castigada (1973). Muitos destes premiados nacional e internacionalmente. O filme “Toda nudez será castigada”, adaptação da peça de Nelson Rodrigues, foi censurado na época da ditadura militar, mas recebeu Urso de Prata no Festival de Berlim.

Em 1995, estreou no jornal O Globo com uma coluna, não demorou muito e passou a ser comentarista da Rede Globo, nos jornais Nacional e Bom Dia Brasil. Já em 1997, lançou seu primeiro livro **Sanduíches de Realidade. Amor É prosa, Sexo É poesia e Pornopolítica**, ambos livros de crônicas do cotidiano, relacionamento e política, os quais muito rapidamente viraram sucesso de vendas.

Em suas crônicas, Jabor escreve de forma tão natural como se falasse a seus leitores ou contasse uma história. Escreve como se fizesse um roteiro de cinema, possibilitando, assim, que a leitura de sua crônica seja bem compreendida e visualizada como se fosse uma imagem ou um filme.

A forma irônica como comenta assuntos pertinentes sobre atualidades se tornou sua marca registrada. Em comentário sobre a ironia, Maria Célia Cortez Paseti diz:

A ironia (ou o humor, já que ambos se utilizam dos mesmos referenciais para chamar a atenção do leitor) se dá a partir do momento que o sujeito-autor opera com estratégias enunciativas, que lhe permitem colocar em “cena” no discurso de um locutor que, embora seja responsável pela veiculação do enunciado, não é responsável pelo ponto de vista expresso no enunciado, através de seu enunciado absurdo. (PASSETI, 1999, p. 41)

Com a ironia, o locutor insere no discurso uma separação entre o que foi dito e o que o autor espera que o leitor entenda. Espera-se um leitor capaz de compreender o implícito, o ambíguo:

Costuma-se dizer de uma tal orientação irônica do discurso: não há seriedade nesta seriedade. A expressão é tão séria que causa horror, mas o ouvinte experiente está iniciado no mistério que se esconde por detrás.[...] A forma mais corrente de ironia consiste em dizermos num tom sério o que, contudo, não é pensado seriamente. A outra forma, em que a gente brincando diz em tom de brincadeira algo que se pensa a sério, ocorre raramente.

(KAARDIERKEG, 1991, p. 216–217)

Como formador de opinião, Arnaldo Jabor é apontado como um dos mais influentes críticos da atualidade. Sua opinião é referência para vários outros

profissionais da área jornalística e de mídia. Em 2008, na terceira edição da pesquisa Barômetro de Imprensa, Jabor foi apontado em primeiro lugar como o profissional mais ouvido/lido/assistido e admirado.

Sua maneira áspera de escrever, entretanto, divide opiniões. Pode-se facilmente encontrar quem odeie e quem ame Jabor (em comunidades *online*, várias pessoas manifestam seu ódio e em outras, há os que manifestem amor e até certo fanatismo pelo cronista).

A abordagem crítica sobre os mais diversos assuntos (artes, sexualidade, cinema, política nacional e internacional, filosofia, economia, amor, preconceito), seus palpites “acalientados” na mídia televisiva e em suas colunas lhe trouxeram muitos críticos e admiradores.

Revolta, indignação, amor, paixão, entre outros sentimentos, identificam as crônicas de Arnaldo Jabor. O entusiasmo que usa para expressar suas opiniões, as palavras e sentenças que utiliza, tudo faz parte de um jogo persuasivo onde o objetivo principal é buscar adeptos e ganha quem consegue mais seguidores.

2. Jornalismo Opinativo – ideologia e persuasão

O jornalismo deveria transmitir a notícia de forma imparcial e confiável, porém, o modo como uma notícia é vinculada faz toda diferença na intensidade persuasiva da informação. Não há discurso totalmente livre de persuasão, o que há são distintos níveis de intensidade persuasiva. É comum, nos dias de hoje, buscar notícias nos mais diversos meios de comunicação, porém, ver uma notícia não é o mesmo que lê-la ou ouvi-la. A televisão, o jornal impresso, a internet e o rádio, exercem diferentes graus persuasivos.

Para Curtis MacDougall, compreender as causas e motivos e absorver a essência dos fatos é fundamental para interpretação jornalística.

Interpretação é um julgamento objetivo, baseado no conhecimento acumulado de uma situação, tendência ou

acontecimento. O julgamento editorial, por sua vez, é avaliação subjetiva; pode incluir uma perspectiva dos fatos, mas existe um elemento adicional e diferenciador chamado impacto emocional. A opinião deve ser confinada, quase religiosamente, na página editorial; a interpretação é uma parte essencial do noticiário.

(retirado de MELO, 2003, p. 31)

Em jornalismo, principalmente, nenhuma palavra é usada acidentalmente, cada sentença é cuidadosamente analisada e articulada para que, ao chegar ao seu destino, cumpra o papel ao qual é designado.

Na televisão, uma notícia não persuasiva (se escrita fosse) ganha uma abordagem totalmente diferente através do tom de voz do repórter. Alterando (de certa maneira) o sentido da notícia.

A ideologia é tudo em que o indivíduo acredita e usa como orientação para suas ações enquanto ser social e político. As ideias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo individuais ou de certos grupos formam a visão ideológica.

No discurso, a ideologia deixa marcas no texto e, ao se unir com as condições de produção do discurso, dão indícios das intenções do sujeito-autor ao produzir o texto e dos métodos utilizados para isso.

Informação e opinião são termos distintos, mas não totalmente opostos, eles se vinculam já que o objetivo da informação é transmitir o onde, como, quando e porquê sobre os fatos. A opinião acontece após se tomar conhecimento da informação e, a partir daí, inicia-se a comentar, articular ideias, explicar, defender ou acusar o fato informado. “A informação prende-se aos fatos a opinião é crítica” (Maria Angélica Seabra Rodrigues Martins, 2009, p. 501).

O resultado da junção entre informação e opinião é o jornalismo informativo. Nele o jornalista apresenta os fatos e também sua visão sobre ele. A opinião é pessoal e os fatos não, para defender sua opinião, o profissional pode enfatizar determinados fatos para fundamentar sua tese. A informação é facilmente decodificável, ainda que se possa jogar com algumas ambiguidades do signo, visando extrair conotações maliciosas (Citelli, 2007).

3. Análise do discurso: aspectos gerais

A análise do discurso surgiu na França com Michel Pêcheux, em sua tese "*Analyse Automatique du Discours*" em 1969. É uma área da lingüística especializada em analisar as ideologias presentes no texto. Os principais pesquisadores da área (considerando publicações) são Dominique Maingueneau, Eni Orlandi, John Heritage, Michel Foucault, Michel Pêcheux, Milton José Pinto, Mikhail Bakhtin e Norman Fairclough.

Discurso é uma prática social de produzir textos. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social, suas condições de produção, significa ainda que o discurso busca refletir uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à do seu autor à sociedade em que vive.

Texto é o resultado do discurso, ou seja, primeiro o individuo tem seu discurso e depois O materializa em forma de texto. É através do texto que o analista busca os traços ideológicos e condições de produção presente no texto. O Objeto da análise do discurso é, porém, o discurso e não o texto propriamente dito.

Dá-se o nome de contexto ao momento histórico-social em que o texto foi produzido e envolve as instituições humanas e outros textos correlatos. O contexto é o que situa o texto no tempo e espaço. O contexto leva em consideração os aspectos da realidade do autor e de seu receptor e o sentido se forma a partir da análise desses elementos.

Fernanda Mussalim (2006) ao dissertar sobre Análise do Discurso diz que a Análise do discurso considera como parte constitutiva do sentido o contexto histórico-social; ela considera as condições em que o texto foi produzido.

O conceito de sujeito para análise do discurso sofreu modificações ao decorrer do tempo. Na Análise Discursiva (AD-1), o sujeito é assujeitado à sua máquina discursiva, estrutura formada por argumentos delimitam o discurso. Dessa

forma quem de fato fala é uma instituição, uma teoria ou ideologia. Na segunda fase (AD-2), essa idéia de ‘máquina discursiva’ começa a sair de cena e começa a ser usado o conceito de formação discursiva. Formação discursiva segundo Michel Foucault (1969) é:

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições da função enunciativa. (FOUCAULT, 1969)

Na terceira fase (AD-3), a formação discursiva é atravessada por muitos outros discursos, trazendo o conceito de interdiscurso. O interdiscurso estrutura a identidade das formações discursivas.

As condições de produção do discurso são de suma importância, pois situam o discurso no tempo e no espaço dando-lhe sentido muito mais amplo. Muitas vezes desconsiderar o momento histórico-social do discurso traz prejuízos à compreensão do discurso.

A Análise do Discurso é constituída de discurso, sentido, sujeito e as condições de produção. A AD analisa o discurso sob uma perspectiva histórica-ideológica, não busca a análise totalmente lingüística. Enquanto disciplina, possibilita a interdisciplinaridade em diversas áreas, tais como História, Sociologia, Psicanálise, Semântica e pragmática.

3.1 Retórica e persuasão

Aristóteles, na Antiguidade, já estudava e analisava as estruturas do discurso persuasivo e os meios utilizados pelo orador para persuadir o seu auditório através de discurso crível, levando o interlocutor a concluir voluntariamente como verdade o que o emissor dizia.

Em consonância com as teorias de Aristóteles, Américo de Sousa, em “Persuasão” (fonte <http://www.persuasao.com/>) diz:

Ora persuadir (do lat. *persuadere*) é isso mesmo, convencer, levar alguém a crer, a aceitar ou decidir (fazer algo), sem que daí decorra, necessariamente, uma intenção de o iludir ou prejudicar, tão pouco a de desvalorizar a sua aptidão cognitiva e accional. Pelo contrário, o acto de persuadir pressupõe um destinatário que compreenda e saiba avaliar os respectivos argumentos, o que implica reconhecer o seu valor como pessoa, como centro das suas próprias decisões.

Arte Retórica (em latim *Ars Rhetorica*), do filósofo grego Aristóteles de Estagira (384–322 a.C.), é formado por três livros:

O primeiro livro trata da fundamentação e análise dos três gêneros retóricos: o deliberativo (persuasão e dissuasão), o judiciário (acusação e defesa) e o epidítico (elogio ou censura).

No segundo, a relação entre o emocional e a recepção do discurso retórico é analisada. Vários sentimentos e seus sentidos opostos são analisados e são novamente analisadas as formas argumentativas.

Em seu último livro, Aristóteles escreve sobre o estilo e a composição do discurso retórico. Ritmo, coerência e coesão, metáforas e as partes componentes do discurso estão presentes neste livro.

A Empédocles (444 AC) se atribui o primeiro estudo sobre a persuasão e suas teorias vieram a servir de base para vários outros estudiosos da retórica. A Corax e Tísias (seu pupilo) se atribuiu o primeiro livro de retórica. Como a maior parte dos

retóricos da antiguidade, a obra de Tísias surgiu das tribunas jurídicas e é considerado o autor de diversas defesas jurídicas.

A partir do século V A.C. a retórica se popularizou graças aos mestres peripatéticos (itinerantes) também conhecidos como sofistas. Os grandes nomes entre os sofistas foram Protágoras (481–420 A.C.), Górgias(483–376 A.C.), e Isócrates (436–338 A.C.).

No final do século XIX a retórica passou a ser ligada a estilística numa tentativa de enfeitar textos, perdendo funções fundamentais como a persuasão e a organização do discurso. Adilson Citelli (2007) sobre a retórica moderna, afirma que “o inestimável valor dos conceitos formulados por Aristóteles reencontra espaço para uma reflexão mais arejada e menos contaminada por certas tendências que marcaram a história da retórica.”

Usado como recurso retórico, os signos não visam embelezar o texto, mas sim transmitir a carga ideológica. A escolha de uma palavra ao invés de outra não acontece de forma inocente, dependendo dessa escolha, a ideologia a ser transmitida pode mudar totalmente.

A imagem possui uma retórica forte, tão ou mais forte quanto um texto. A imagem carrega de forma mais sutil (ou não) a ideologia que o emissor deseja transmitir. É manipulando a ligação entre canal e mensagem que a retórica funciona.

A busca por adeptos a uma determinada idéia ou tese, é o ato de persuadir. No entanto nem sempre o persuasor usa a verdade como ferramenta, mas uma aproximação da verdade, algo similar a verdade ou seja, uma verossimilhança.

Segundo o Dicionário Aurélio, verossímil é o que se assemelha à verdade, que parece verdadeiro, provável. Para Adilson Citelli (2007) verossímil é, pois, aquilo que se constitui em verdade a partir da sua própria lógica. Verossimilhança manipula a verdade (ou criar um ambiente para determinada verdade) para obter sucesso na persuasão.

A intertextualidade pode ser definida como uma ligação entre textos, porém, bem mais abrangente devido ao conhecimento de mundo, pois o produtor e o receptor (leitor) do texto precisam compartilhar de tais conhecimentos. A intertextualidade se dá na identificação ou reconhecimento de trechos de obras mais ou menos conhecidos. Essa ligação pode ser observada nas mais diversas áreas do conhecimento, não sendo considerado fenômeno exclusivo de textos literários. Atualmente é comum a presença da intertextualidade entre a publicidade e as artes, entre músicas e obras literárias, dentre outras.

É freqüente o uso de intertextualidade nos discursos, assumindo a função persuasiva, é uma forma de fortalecer o que se diz, dando mais credibilidade ao que se prega.

4. As condições de produção

As condições de produção estabelecem o sentido do texto através da linguagem intensa no interior do discurso. Segundo Orlandi (1999), As condições de produção fazem parte da exterioridade lingüística e podem ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico).

Falando das condições de produção, Pêcheux diz:

“Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o *lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao

outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 1993, p. 82)

Em outras palavras, o que o enunciador quis dizer em determinada circunstância e o que leva uma pessoa a falar uma coisa e não outra são as condições de produção.

A interpretação do que se diz também é influenciado pelas condições de produção. A intensidade de uma frase pode ser totalmente alterada dependendo do momento em que foi dita, como foi dita e a quem foi dito.

Discurso é prática social de produção de textos. Sendo assim, é ilógico analisar o discurso sem considerar seu contexto histórico-social, pois o discurso reflete a visão de mundo do indivíduo em determinado tempo e espaço.

4.1 O escândalo do castelo

Edmar Moreira, filho de casal humilde do interior de Minas Gerais. Ainda jovem entrou na Polícia Militar, mas, por causa de um escândalo envolvendo sua esposa, foi punido e afastado da atividade por abuso de autoridade.

Depois de fundar uma empresa de vigilância em São Paulo, Edmar prosperou. Porém, mais adiante, denúncias de enriquecimento ilícito, sonegação de impostos recairiam sobre ele.

Assumiu como Deputado Federal pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em 1990 e pelo PFL do estado de Minas foi novamente eleito Deputado Federal em 2006.

Em fevereiro de 2009, é empossado nos cargos de 2º vice-presidente e corregedor da Câmara dos Deputados e começam a ser vinculadas informações sobre Edmar Moreira, que seria o provável dono de uma mansão que mais parece um castelo da era medieval em uma pequena cidade de Minas Gerais. No entanto, em 1999, a revista *Veja* já havia noticiado o seguinte:

De acordo com a revista “A mulher do deputado ficou enciumada quando um irmão de Edmar, Elmar, comprou a fazenda mais bonita da região. “Se eles têm a melhor fazenda, então eu quero um castelo”, teria dito. O “capitão Edmar”, como é conhecido, não poupou esforços e criatividade para superar o irmão. Estima-se que, em doze anos de obras, a construção tenha consumido 10 milhões de reais – mais do que o preço de muitos castelos de verdade no interior da França.”

(VEJA, 1999)

Ainda segundo a Veja de 1999:

“São 7.500 metros quadrados de área construída (maior que o Castelo de Neuschwanstein, nos Alpes da Baviera, que inspirou o castelo da Cinderela de Walt Disney), 32 suítes, dezoito salas, oito torres, 275 janelas, uma piscina com cascata, fontes e espelhos d'água. Fica no distrito de Carlos Alves, vilarejo de pouco mais de 1.000 habitantes e 300 casas, no município de São João Nepomuceno, a 70 quilômetros de Juiz de Fora.”

Por ter assumido os cargos de 2º vice-presidente e corregedor da Câmara dos Deputados em 2009, essa notícia ganhou a dimensão espantosa que não obteve no passado.

Acusado por ocultação do “Castelo” em sua declaração de bens entregue à justiça nas últimas eleições, Edmar afirmou que o castelo em São João do Nepomuceno (MG) não era dele, pois está registrado em nome de um de seus filhos, Leonardo Moreira. Ele admitiu que construiu o castelo na década de 80 e passou o imóvel para o filho em 1993. O objetivo de Edmar com o castelo era explorar o

“potencial turístico” da região e ele mesmo avaliou o castelo entre R\$20milhões e R\$25milhões.

No dia 1º de julho de 2009, o Conselho de Ética, depois que nove votos foram dados a favor da absolvição de Moreira e quatro votos contra, rejeitou o pedido de cassação de Edmar Moreira feito pelo deputado Nazareno Fonteles.

4.2 Feudalismo

O feudalismo teve origem no império Romano e perdurou na Europa até a era medieval. Esse modelo de organização social tinha por base agricultura, outras atividades como artesanato, comércio e pecuária existiam, porém de forma secundária.

Ter terra nesse contexto histórico-social, era sinônimo de riqueza. Dessa forma os donos das terras eram os “Senhores Feudais” e os camponeses que trabalhavam em suas terras os “servos”.

Os senhores feudais recebiam as terras dadas pelo rei. Os servos cuidavam da agropecuária e recebiam com isso o direito de morar em um pedaço de terra sedido pelo senhor feudal.

Os feudos eram normalmente divididos em três partes: O domínio, terra comum e o manso servil.

Durante três dias os servos tinha obrigação de trabalhar para o senhor feudal, em sua parte da terra (o domínio) ou em seu castelo. Toda a produção nesse período de tempo era destinada ao senhor feudal.

Terra comum é a parte onde tanto os servos quanto os senhores podiam usar, era de onde se retirava lenha para construções e onde os animais pastavam. O local destinado aos servos era chamado de Manso servil. No manso, cada servo tinha direito a um lote (glebas). De toda a produção do servo em seu lote metade era destinada ao senhor feudal.

Os servos não eram escravos e nem trabalhadores livres, pois ao receberem um chão para viver e plantar gerava-se um vínculo de submissão ao senhor feudal.

Os servos viviam de forma miserável tendo que servir e dar parte de sua produção ao seu senhor, isso sem mencionar os impostos cobrados e até pedágio se quisessem voltar do domínio ao seu lote.

A agricultura dos servos em seus lotes era basicamente de subsistência, pois metade de sua produção não lhe pertencia. O comércio na época circulava em torno de troca de produtos por outros produtos. E os servos não se sentiam estimulados a aumentar a produção uma vez que todo excedente se destinaria aos senhores feudais.

A sociedade feudal era dividida nos seguintes grupos sociais: o Clero, a Nobreza, os Camponeses e os Vassallos. Quase não existiam formas de ascensão social. A Igreja foi uma das únicas formas de mobilidade social.

A divisão da sociedade feudal segundo as palavras do Bispo Adalberon de Laon, os servos são "uma raça de infelizes que nada podem obter sem sofrimento". No discurso da Igreja há uma tentativa de entender e interpretar a situação social, porém, tentam preservá-la como se cada uma na sociedade tivesse uma função específica e a vontade divina é a obediência às camadas sociais.

Confirmando essa ideia o Bispo Adalberon de Laon diz ainda: "na sociedade alguns rezam, outros guerreiam e outros trabalham, onde todos formam um conjunto inseparável e o trabalho de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros".

5. Análise

Na crônica a ser analisada será possível notar um nível de linguagem altamente persuasivo e o uso constante de metáforas e comparações irônicas. O título da crônica (O castelão de Edmar e o feudalismo) lembra os títulos dos contos de fadas tais como A Bela e a Fera e Chapeuzinho Vermelho e o lobo mal, sempre o

lado bom e o lado do mal a ser retratado, mostrando o sarcasmo do autor quanto ao assunto que irá tratar. Pode se notar o uso do aumentativo “castelão” para intensificar o que neste contexto é o pivô de um grande escândalo político. Na seqüência “feudalismo” é colocado de forma a leva o leitor a indagar a relação do sistema feudal com o estardalhaço político que o país vivia no momento.

Metáforas, comparações e hipérboles são sustentadas por argumentos lógicos que são transmitidos de forma emotiva (indignação, admiração, surpresa, etc.) aos receptores, ou seja, se utiliza da retórica para levar seus leitores e/ou ouvintes a absorverem suas opiniões pessoais como verdade imparcial.

No primeiro fragmento, ao iniciar sua crônica com “Eu acho”, Jabor deixa claro que esse é uma texto opinativo e enuncia que sua opinião prevalecerá.

A corrupção e desvio de verbas públicas revoltam o autor, que ironicamente acredita que o modelo atual de “presidencialismo e parlamentarismo” (próprios da do modelo democrático) não é o ideal para o Brasil. Em “O parlamentarismo prejudica a deliciosa política de chantagem ao Executivo”, o autor tenta mostrar de maneira implícita que irregularidades ocorrem no senado, câmara, entre outros. O contexto político dá razão a esse comentário, pois foi nessa época que foram descobertas varias outras falcatruas políticas trazendo a tona outras como em um efeito dominó.

Dentre tantos escândalos que envolveram o cenário político brasileiro, Renan Calheiros, Nilton Cardoso e José Sarney apresentaram algo em comum com Edmar Moreira: todos eles são donos de grandes propriedades em distintas partes do país. Com este quadro é inevitável a comparação com o feudalismo, no qual a terra pertencia a um só senhor e os plebeus tinham que prestar serviços ao senhor feudal para poder usar a terra.

O discurso de Jabor é polêmico. Em toda a crônica ele tenta impor sua opinião e de maneira nada sutil. Ele sempre se ateve aos fatos que lhe eram convenientes. Não houve a menor tentativa de ser imparcial, pelo contrário, a todo momento Jabor

tenta deixar claro que sua opinião é que esta sendo defendida. Para Adilson Citelli (2007) discurso polêmico pode ser definido da seguinte maneira:

“Há uma luta onde uma voz tentará se impor a outra. Nesse caso, o grau de polissemia tende a baixar, dado existir o desejo do *eu* em dominar o referente. O discurso polêmico possui certo grau de instigação, visto apresentar argumentos que podem ser contestados.(CITELLI, 2007, p. 49)

“O castelão de Edmar realiza o sonho de centenas de políticos. É perfeito. Cada feudo teria suas aldeias miseráveis envolta, exatamente como é agora, os servos pagariam impostos e prestariam serviços à nobreza e nas guerras iriam morrer por seus senhores.” O fragmento mostra de forma clara as características do sistema feudal, porém, nos moldes do Brasil atual, numa tentativa de fazer com que a população atentasse para os abusos que sofrem. No entanto, houve certo exagero por parte do autor em generalizar a realidade transformando-a em feudos. Se for feito um comparativo entre o Brasil atual e o sistema feudal com toda certeza perceberíamos grandes diferenças, mas o autor preferiu enfatizar as similaridades para dar mais credibilidade e sustentação ao seu discurso.

O País passava por um momento de crise política, pois vários escândalos vinham à tona e as denúncias eram das mais diversas. Na crônica, Jabor ainda menciona dois outros escândalos fortes que surgiram no cenário político brasileiro: o do Senador José Sarney com acusações de nepotismos e Renan Calheiros se envolveu com lobistas, malas de dinheiro e bois e fazendas que só existiam no papel, ambos são também donos de grandes propriedades no Maranhão e Alagoas. Ironicamente o autor menciona as terras de Sarney e Renan como se eles fossem senhores feudais fazendo relação entre os três escândalos que pareciam ser independentes. Ao dizer “E o sucerano Renan, do feudo de Murici, de onde ele comanda fazendas imaginárias e bois abstratos.” Os termos imaginários e abstratos é uma maneira sutil e ao mesmo tempo irônica de lembrar o escândalo que Renan Calheiros se envolveu.

De forma irônica, Jabor ainda diz que o sistema feudal no Brasil seria mais vantajoso que os feudos dos tempos antigos. Chama a atenção o trecho “... enquanto os bobos da corte cantam e riem”, pois mostra o contexto histórico que o país passava. Em fevereiro (quando a crônica foi escrita) acontece o carnaval e o país praticamente para. O autor tentou atentar para o fato que enquanto o povo deveria está cobrando soluções, punições e respostas das autoridades, estão alienados do que acontece com a política e conseqüentemente com o dinheiro público.

No último trecho da crônica, Arnaldo Jabor sarcasticamente diz: “Boa idéia do Edmar! E nem precisa empregar bobos da corte... Bobos somos nós!” para fechar de maneira enfática, o autor usa uma frase “de apoio” a atitude do Deputado, porém, ele deseja realmente é reprovar tal atitude.

6. Conclusão

O discurso é uma forma de ação social contextualizado no tempo e espaço histórico. O discurso reflete ideologia, cultura e costumes de uma sociedade. Através da análise do discurso torna-se perceptível tais ideologias e o teor persuasivo do discurso. As ferramentas argumentativas utilizadas no discurso são capazes de influenciar o interlocutor a aderir ou não a ideia que esta sendo transmitida.

Na crônica analisada, os aspectos lingüísticos foram usados por Arnaldo Jabor para tornar seu texto mais enfático e irônico. As comparações tornaram-se poderosas por impactar o leitor e as hipérboles deram um tom drástico a crônica. Tudo foi usado de forma premeditada para persuadir o leitor a acreditar no que estava sendo dito e defendido por Jabor.

O discurso de Jabor teve a intenção de causar indignação, revolta ao que ouvissem ou lessem a crônica. Com seu discurso polêmico e irônico o autor consegue atrair a atenção que deseja alcançar.

A pesquisa em torno do momento que o país vivia quando a crônica foi escrita foi crucial para a compreensão das ideias e da motivação da indignação expressa tão intensamente pelo autor.

Todo discurso é persuasivo e busca de alguma maneira defender e enfatizar fatos que sejam mais propícios a seus interesses. A mídia tenta a todo momento manipular seus ouvintes e leitores a acreditar no que eles dizem. O leitor/ouvinte deve estar atento as estratégias utilizadas pelos autores, analisar os fatos e formar sua própria opinião.

7. Bibliografia

KAARDIERKEG, S. A. O conceito de ironia: constantemente referido a Sócrates. Trad. Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1991, P.216–217)

PASSETI, Maria Célia Cortez. A ironia no discurso jornalístico. In: **Os discursos jornalísticos**: manchete, reportagem, classificados & artigos. Vasconcelos, Sílvia Inês.Itajaí: Editora da Univalli; Maringá: Eduem, 1999. (p. 7 –60)

Martins, Maria Angélica Seabra Rodrigues. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 38 (3): 493–507, set.–dez. 2009

MELO, J.M.M. Jornalismo opinativo, 3^a.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.240p.

ARISTÓTELES Arte Retórica e Arte Poética. S.Paulo: Garnier/Difusão Européia do Livro, 1959. 304p.

CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão, 16. Ed. São Paulo: Ática, 2007. 103p.

CARBONI, Florence. Introdução a lingüística. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 94p.

OSAKABE, Haqira. Argumentação e discurso político, 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 224p.

Mussalim, Fernanda, BENTES, Anna Christina. Introdução a lingüística: domínios e fronteiras, v. 2. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2006. 270p.

Sites:

<http://pt.shvoong.com/social-sciences/1808413-análise-discurso/>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Página_principal

<http://www.discurso.ufrgs.br/glossario.html>

<http://veja.abril.com.br/>

<http://www.globo.com/>

http://www.paralerepensar.com.br/a_jabor_ocastelaodeedmar.htm

<http://www.fsb.com.br/home.php>

8. Anexo

Crônica:

O castelão de Edmar e o feudalismo

Eu acho que o castelo do Edmar é um bom prenúncio para o Brasil.

O nosso presidencialismo é esse pântano de alianças espúrias que impedem qualquer governo.

O parlamentarismo prejudica a deliciosa política de chantagem ao Executivo.

Assim, Edmar é um precursor do regime ideal para nós: o feudalismo. E nem precisamos dividir o Brasil em feudos, pois já o é.

Vejam as terras do barão Sarney. Seu castelo da ilha de Curupu, no Maranhão.

E o sucerano Renan, do feudo de Murici, de onde ele comanda fazendas imaginárias e bois abstratos.

Sem falar claro, no grão senhor Niltão Cardoso que amialhou mais de cinco bilhões em seus tesouros mineiros.

O castelão de Edmar realiza o sonho de centenas de políticos. É perfeito. Cada feudo teria suas aldeias miseráveis envolta, exatamente como é agora, os servos pagariam impostos e prestariam serviços à nobreza e nas guerras iriam morrer por seus senhores.

Não precisaríamos mais de Câmaras de Deputados, senadores, essas hipocrisias democráticas.

Haveria até o melhor nos feudos do Brasil que é o direito de pernada. Virgem que casa, primeiro passa a noite na cama do castelão, enquanto os bobos da corte cantam e riem.

Boa idéia do Edmar! E nem precisa empregar bobos da corte... Bobos somos nós!

Arnaldo Jabor